

Faces da dominação: reflexões conceituais sobre intolerância e violência

Carlos André Macêdo Cavalcanti – UFPB

Angelo Adriano Faria de Assis –

Este Simpósio Temático que coordenamos em conjunto com o professor José Ernesto Pimentel, da UFPB, inicia-se como um novo esforço multitemático e interdisciplinar na busca da sistematização conceitual do significado da intolerância para o homem e para a história. Os estudos sobre tema visam, em última instância, em geral, dar prosseguimento àquele ideal iluminista tão caro ao cânone ocidental: o de colocar o saber à serviço do ideal de um mundo mais justo. A intolerância é um desafio especial nesta busca. E tem de abarcar todas as áreas da ciência que se dispuserem, da mesma forma que deve promover o convívio dos mais diversos assuntos e objetos de estudo pertinentes. Isto porque não é dada a nenhuma disciplina científica conter teorias e métodos que atravessem o longo caminho dos atos intolerantes. A intolerância pode ser tida como enraizada entre as pulsões de vida e morte que a Psicanálise descreveu tão bem. Ou pode, da profundidade do imaginário que os freudianos acreditam inexpugnável, terem uma composição daquelas que Gilbert Durand [1] chamou de constelação de mitologemas. Weber, muito antes, admitiu para a cultura o estudo de constelações de valores bem mais próximas – metodologicamente falando – do ofício dos historiadores [2]. Mas nada impede que os historiadores dialoguemos com métodos e conceitos teóricos aparentemente mais distantes.

Importa, então, em eventos como este, a abertura de espírito para ouvir, falar, aprender e desafiar-se a si próprio a uma renovação contínua.

Nesta apresentação introdutória trazemos um pouco de nossa experiência com o conceito de intolerância aplicado à ação inquisitorial. A aplicação intolerante e excludente da própria soteriologia cristã por parte dos inquisidores não nos autoriza a buscar uma

dramatização ou exagero dos gestos inquisitoriais como forma de comover o leitor e embasar alguma análise que necessite desta “emoção” para validar-se. Se tomamos este caminho simplório, a própria intolerância aparece reduzida a um monstro horrendo, disforme e... incompreensível, a ser combatido pelo gládio e pela espada, como os que a psicologia infantil detecta nos desenhos das crianças. Esta atitude em nada ajudaria, por exemplo, àqueles, dentre nós, que desejamos combater a intolerância. A estes faz-se mister trilhar os complexos caminhos que levam e levaram a História a viver constantes “espasmos” de intolerância. Este tabu vai por terra quando o historiador admite desde cedo que o ato intolerante é ambíguo e, como no mito de Prometeu, carrega em si, paradoxalmente, o anseio de *justiça*.

No pluralismo de “salvacionismos” que marcou a História cristã, a Inquisição foi, depois da oficialização do cristianismo como a religião do Império Romano, o maior dos seus movimentos agregadores e centralizadores. Num processo extremamente traumático, a soteriologia inquisitorial ajudou a vencer e submeter uma concepção espiritualista tradicional no cristianismo. Em sua fase medieval, bem antes de erguer-se como *embuste* no fim da segunda metade da Idade Moderna, teve papel evangelizador e até civilizador, enquanto participe da consolidação da Cristandade. Claro está que poderíamos julgar negativa a civilização que adveio deste processo, bem como o método intolerante para alcançá-la. Entretanto, não se deve negar que os inquisidores tiveram um papel preponderante para o conhecimento e expansão de padrões comportamentais minimamente homogêneos em todo o mundo ocidental, além de terem sistematizado uma cultura jurídica singular.

Mesmo quando o ato inquisitorial foi sendo desmistificado, o valor do aprimoramento jurídico permaneceu. Já a autenticidade da comunicação de padrões comportamentais sucumbiu diante das críticas desferidas contra o Tribunal em função da degradação cotidiana por que passou o clero que o compunha, sempre em busca de “fazer carreira” e de exercer o poder “*simbólico*” do Santo Ofício. Uma “*soteriologia histórico-temporal*” tomou a cena à Ascese Católica Tradicional, hegemonizando-a. Este “*salvacionismo sem transcendência*” é enganosa,

pois mantém a exterioridade do ato místico, mas restringe-se ao jogo simbólico do poder. A questão que se impõe aqui é determinar os limites do embuste. Descartamos por completo um total esvaziamento místico do Tribunal, que seria não apenas improvável como insustentável.

A superação do medo obsidional levou ao desnudamento do “medo de bruxa” e, por conseguinte, à desvalorização do seu oposto cristão típico: o medo de Deus, grandemente incentivado pelo clero depois que a Igreja se aproximou do Estado ainda na Idade Média. (Esta aproximação com o Estado gerou um *medo de Deus* que difere do temor judaico-cristão original que referia-se às hierarquias celestes “universais” e tencionava, pelo terror, impor o respeito às hierarquias terrenas, clericais ou não. Uma fé mais “pensada” que “vivida” foi o cenário para a Pedagogia do Desprezo. Ao mesmo tempo, no mesmo turbilhão crítico, a intolerância deixou de ser aceita sem restrições pela grande maioria das pessoas em Portugal e Espanha. A unanimidade ruiu e, com ela, o significado purificador da Inquisição. A atuação inquisitorial no Brasil coincide com a transição do Medo ao Desprezo, daí a singularidade e a riqueza de certos processos do final do século XVIII e início do século XIX. O período do “*desprezo pelas crenças dos ignorantes*” demonstra uma mudança de sentido e significado na própria ação intolerante. Para compreender esta afirmativa, lançamos mão de uma classificação dos tipos de intolerância, esboço do que pretendemos, no futuro, propor como uma teoria geral da intolerância.

Partimos da constatação de que não se pode simplificar todas as formas de exclusão e perseguição como se fossem um único fenômeno histórico ou social. Por exemplo, entre as penas aplicadas pelo fundamentalismo muçulmano dos nossos dias e a Inquisição espanhola do século XV, vão diferenças que se há de respeitar para a devida compreensão de ambos os fenômenos. Buscamos, porém, o elo maior ou, se preferirem, as correntes mais profundas deste movimento. Neste sentido, levamos em conta que a intolerância se estende ao longo da História nas mais variadas formas e razões. Fosse a intolerância algo binário ou perfeitamente antagônico a um conjunto de valores inspirados pela *razão humana* ou *substantiva*, para citar

terminologia weberiana consagrada, seu combate seria fácil e os argumentos para a controvérsia teriam um poder hercúleo maniqueísta. Mas não é isso que ocorre. Com o objetivo de captar esta complexidade, um dos autores propôs sua classificação tipológica e tipificadora que busca abarcar este amplo leque das incursões da/na intolerância [3]:

a) Intolerância Guerreira: Forma imemorial, de determinante inata antropológica, que se baseia na busca direta das riquezas do adversário e está ligada à escassez no limite sobrevivência segundo os padrões culturais de cada grupo. Comum nas guerras, pode envolver as mais diversas acertivas, justificá-la e dar-lhe sustentação moral e histórica. Mas seu objetivo central é a pilhagem e o botim, com a conseqüente eliminação do perdedor por escravidão ou assassinato.

b) Intolerância Obsidional Civilizatória: Para compreendê-la é preciso retirar o juízo de valor da palavra *civilizatória*, pois, ao utilizá-la, nós não a conceituamos como *melhor* nem *superior*. A Intolerância Civilizatória dá-se no tempo da história e busca a supressão das diferenças pela imposição de um paradigma que, em sua lógica interior, se considera e se diz superior e que só pode ser assim analisado pelo historiador em função de valores auto-atribuídos pelo próprio agente histórico. A submissão do vencido ocorre aqui por sua inclusão/conversão para uma outra ordem mental e valorativa – diversa e oposta à sua original –, onde aqueles que ingressam no “novo” quadro de valores são tidos eles mesmos como o “botim” alcançado. É uma intolerância escatológica, pois o seu projeto “histórico” determina sua própria superação, tendo em vista que o objetivo primordial é a conversão de todos os homens aos preceitos hegemônicos. Ao chamar à obrigatoriedade disciplinar pessoas que fazem parte do mesmo grupo ou do mesmo universo político-religioso, a intolerância busca legitimar-se no quadro de medo obsidional que veremos adiante. Os processos inquisitoriais obedecem à lógica desta forma de intolerância, posto que todos eles devem terminar – de uma forma ou de outra – na metáfora escatológica.

c) Intolerância Totalitária: Típica do século XX, marcou os regimes de força do período com a aplicação de um princípio inverso ao da Intolerância Civilizatória. A coesão social, neste caso, é tentada através da vivência de antagonismos irreconciliáveis, onde não se privilegia a conversão nem qualquer forma da catequese. Ao contrário da anterior, esta forma de Intolerância é tendencialmente unitarista e sua “ideologia” é a da própria exclusão física do *outro*. No Nazismo, por exemplo, nunca ficou totalmente claro se haveria um “projeto de sociedade” que fosse possível sem a guerra, sem a censura, sem os guetos e sem a rígida disciplina formal. O totalitarismo teria surgido de uma derivação do ato civilizatório, confundindo os meios com os fins. Neste trabalho, porém, a definição de Intolerância Totalitária só nos interessa na medida em que nos permite demonstrar que consideramos os episódios do século XX distintos – ainda que assemelhados – dos episódios inquisitoriais.

Os dois últimos tipos de intolerância são teleológicos, pois, ao propor-se realizar um “projeto”, encaminha-se também para tentar “congelar” a História, buscando dominar o tempo e negar a morte. A dinâmica cultural dos grupos humanos, de maneiras diversas, nega esta paralisia, mas convive – às vezes longamente – com seu mito hegemônico. Desvendar possíveis estruturas que determinam o estabelecimento das ações intolerantes seria papel da ciência que permitiria, pelo menos, a caracterização clara do processo. Por enquanto, nem este, que seria um instrumento de escolha para os indivíduos, está desvendado.

A problemática da intolerância, sem dúvida, atravessa os séculos, e a intensidade e riqueza dos debates atuais, seja na Academia, seja nos diversos espaços de mídia, ratificam sua atualidade e a pujança do interesse que invariavelmente desperta. O mesmo vasto e suntuoso leque de temáticas versando sobre a intolerância se faz presente neste espaço privilegiado que então se abre para discussão. Os trabalhos que compõem este simpósio abrangem algumas das múltiplas facetas do problema, apontando sua permanência na longa duração, com estudos que abordam desde o Medievo até o Tempo Presente, tanto no contexto religioso quanto secular.

Em nome de Deus ou em nome do Estado, os espelhos da intolerância e da violência no âmbito do poder e da religião (ora dispersos, ora interligados) funcionarão como elos de contato entre as temáticas aqui tratadas. A interdependência entre estes espaços aparece, por exemplo, em trabalhos do período tardo-medieval e da Modernidade, como os princípios do pensamento político e eclesiológico e os conflitos com o pensamento estabelecido na Europa Ocidental dos séculos XIV e XV.

A repressão ao “outro” por representar ameaça à ordem estabelecida encontra na Inquisição elemento privilegiado de análise. Como os portugueses islamizados, tratados como renegados e perseguidos pelo Santo Tribunal pela suspeita de criptoislamismo e sobre os motivos de sua conversão ao Islã. Do lado oposto, o universo relacional e as vantagens advindas de cargos inquisitoriais, corroborando para a reordenação do *status* social, através da inserção e trânsito dos representantes do Santo Ofício estabelecidos na colônia, apontados como responsáveis pelo controle da moral e costumes no mundo brasílico.

Também as leituras européias sobre o Novo Mundo e a representação da alteridade entre os séculos XVI e XVIII, mostram as instâncias de interpretação do “outro”. É o que vemos na afirmação ética e moral da corte francesa, que lapida sua identidade através de elementos tão distintos quanto manuais de civilidade, relatos sobre o Brasil francês, poesias da plêiade, ensaios de Montaigne e as interpretações sobre as guerras religiosas que então sacudiam o Velho Mundo. Da mesma forma, nos debates sobre a “natureza humana” e a “guerra justa”, alimentando uma disputa simbólica entre os ecos do absolutismo e o alvorecer iluminista. Ou ainda, no reconhecimento do caráter racional dos homens e dos elementos irracionais que interferem no processo histórico, a ponto de sugerir uma História de cariz filosófico no intuito de combater o fanatismo e irracionalismo que julgavam reinante.

O Brasil Império seria igualmente palco privilegiado para representações da intolerância, seja através da marginalização dos soldados mutilados na campanha contra o Paraguai (1864-70), inabilitados, pela invalidez, para prosseguir no serviço pela pátria, seja através do relativo

esquecimento das fontes processuais criminais do período monárquico, material inesgotável para um melhor entendimento das práticas intervencionistas do poder político imperial e de sua ressonância na política nacional.

Com relação à Contemporaneidade, as análises tornam-se ainda mais variadas. Há espaço, inclusive, para leituras microscópicas – ao gosto da *Micro-História* – de alguns casos de representação de intolerância e violência. É o caso, por exemplo, dos artigos de intelectuais católicos publicados pelo Centro D. Vital na década de 1930 que adquirem teor belicista, isolacionista e de intolerância político-religiosa, insuflando os embates políticos de então, ou dos almanaques em língua alemã editados no país que pretendiam difundir os pressupostos do ideário nacional-socialista entre os imigrantes e seus descendentes no Brasil dos anos 1930. É também o caso do uso político das prostitutas judias durante o início da República como argumento anti-semita. O estereótipo sobre os judeus aparece igualmente no levantamento de registros iconográficos em charges da imprensa brasileira referentes ao elemento judaico na cultura brasileira entre as décadas de 1930-90. Ou ainda, a trajetória de um militante comunista e pesquisador da cultura negra à procura da relação entre dominação de classe e a desvalorização da herança africana na construção do caráter nacional brasileiro em fins da República Velha. Também as idéias ecléticas do *Boca do Inferno da Farinha Podre*, personagem emblemático da Uberaba da primeira metade do século passado, contestando a ordem vigente estabelecida, clerical e elitista, com a defesa do Marxismo, Comunismo e Espiritismo. Já a transformação do papel da mulher na sociedade atual pode ser interpretada através do fortalecimento do movimento feminista entre os anos 1970-80, possibilitando uma nova abordagem sobre o corpo feminino e possibilitando uma releitura da violência sexual contra a mulher. É ainda o caso dos relatos sobre a experiência do Golpe Militar de 1964 visto sob a ótica de um lar cristão, influenciado pela tradição de manifestações patrióticas no ambiente doméstico, e o contraste com o choque moral a partir das revelações sobre os abusos

cometidos durante o regime de exceção. Por último, as transformações político-sociais geradas pela implementação de um sistema presidiário no interior paranaense em fins do século XX.

O papel da Igreja na sociedade atual e os discursos de legitimação da fé permitirão o enfoque da intolerância religiosa no mundo contemporâneo, a partir a ameaça representada pelo crescimento e fortalecimento de determinadas religiões. É o caso das interpretações fundamentalistas do Islã e a manutenção do estado de “fanatismo” em conflito como uma leitura mais “ocidentalizada” do Alcorão, e o cenário de instabilidade após os atentados terroristas do 11 de setembro, sendo o xiismo apontado como elemento político de instabilidade social. Também a aliança entre setores da Igreja que se utilizavam do arcabouço teórico marxista para analisar as questões sócio-econômicas da América latina – a “Teologia da Libertação” – com os revolucionários sandinistas da Nicarágua ou com setores menos privilegiados da sociedade brasileira durante o Regime Militar, incentivando sua participação política para a reabilitação social e redemocratização. Em contraste, um engajamento mais tradicional de setores da Igreja, efetivada pela *Sociedade Brasileira de Defesa da tradição, Família e Propriedade* (TFP), utilizando uma violência justificada em nome da fé para combater os críticos do regime, apontados como ateus, hereges e pecadores. Ou ainda, o relato sobre o crescimento das representações neopentecostais no Brasil como fenômeno da sociedade capitalista globalizada.

Temáticas variadas, ligadas pelo estigma da intolerância. Desenha-se, assim, espaço múltiplo e multifacetado para análise de suas manifestações através dos tempos.

Notas:

[1] DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

[2] WEBER, Max. *Ciência e Política: Duas Vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

[3] CAVALCANTI, Carlos André Macêdo. *O Imaginário da Inquisição: Desmitologização de Valores no Tribunal do Santo Ofício, no Direito Inquisitorial e nas Narrativas do Medo de Bruxa (Portugal e Brasil, 1536-1821)*. Recife: Tese de Doutorado em História na Universidade Federal de Pernambuco, 1999.